

EDUARDO BUENO

EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

# Capitães do Brasil

*A saga dos primeiros  
colonizadores*



Coleção Brasilis • 3

ESTACÃO  
BRASIL



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO Os NOVOS DONOS DO BRASIL 7

### I A COSTA DO OURO E DA PRATA

Em busca do Rei Branco 17

### II A PARTILHA DO BRASIL

São Vicente e as Capitanias de Baixo 71

### III A COSTA LESTE-OESTE

Pernambuco e as Capitanias de Cima 147

### IV A COSTA DO PAU-BRASIL

Bahia e as Capitanias do Centro 205

NOTAS 253

BIBLIOGRAFIA COMENTADA 261

NOTA DO AUTOR

As palavras grafadas em *itálico* ao longo do texto remetem o leitor às informações contidas nos boxes laterais.

## OS NOVOS DONOS DO BRASIL

Era o prenúncio de tempos sombrios. No dia 15 de junho de 1532, uma frota portuguesa constituída por dez caravelas e outros navios partiu de Lisboa com destino a Roma. Sua missão era conduzir o bispo D. Martinho para a Itália, onde ele seria embaixador de Portugal junto à cúria romana. Em sua gestão, D. Martinho iria tratar da instalação da Inquisição em Portugal – um clamor do clero e da nobreza, que pressionava o rei D. João III. Circunstâncias inesperadas fariam com que aquela poderosa armada não só viesse a desempenhar um papel muito diferente daquele ao qual fora destinada como a vinculariam decisivamente aos destinos do Brasil.

Na primeira semana de agosto, em meio à sua jornada para Roma, a frota ancorou em Málaga, porto espanhol no Mediterrâneo. Após se reabastecer, a esquadra se preparava para seguir viagem quando uma nau de bandeira francesa aportou no mesmo ancoradouro. Os portugueses desconfiaram que o navio estivesse chegando do Brasil, onde, há mais de duas décadas, os franceses se dedicavam ao rendoso tráfico de pau-brasil – uma atividade que os lusos consideravam ilegal e que, de fato, constituía um flagrante desrespeito ao Tratado de Tordesilhas.

Em 1494, castelhanos e portugueses tinham dividido o mundo entre si. Aliados daquela partilha, os franceses não aceitavam a validade jurídica dos acordos firmados na pequena cidade de Tordesilhas. O principal alvo de seu assédio ao Novo Mundo era justamente o desguarnecido litoral do Brasil.

Portanto, assim que viram a embarcação ancorar em Málaga, os portugueses armaram um estratagema para capturá-la. A nau se chamava *A Peregrina* e pertencia ao nobre francês Bertrand d’Ornesan, barão de Saint Blanchard – almirante que chefiava a esquadra francesa do Mediterrâneo. O comandante do navio era Jean Duperet, um comerciante de Lyon.

Ao saber que a tripulação de *A Peregrina* precisava de víveres, o capitão da frota portuguesa, Antônio Correia (filho do navegador Aires Correia, que fora companheiro de Cabral no descobrimento do Brasil) forneceu-lhes trinta quintais (cerca de 1.800 quilos) de biscoitos salgados e se ofereceu para escoltar a nau até Marselha. Os franceses aceitaram ambas as propostas. No dia 15 de agosto, quando os navios estavam em alto-mar, nas alturas da costa da Andaluzia, na Espanha, Correia – sob o pretexto de estudar a melhor rota – chamou a seu navio os pilotos e mestres de todas as embarcações da frota, incluindo o capitão e os oficiais de *A Peregrina*. Ao chegarem a bordo da nau capitânia, os franceses foram imediatamente presos.

Os portugueses, então, espantaram-se com o que viram nos porões de *A Peregrina*. O navio estava atulhado com 15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 tonelada de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais. Mas os lusos ficariam ainda mais perturbados ao descobrirem os feitos que a tripulação de *A Peregrina* havia realizado durante sua estada de quatro meses no Brasil.

Com 18 canhões e 120 homens a bordo, entre marinheiros e soldados, *A Peregrina* havia partido de Marselha em dezembro de 1531. Em março do ano seguinte, a nau aportara diante de uma feitoria portuguesa instalada em Igarçu, no litoral de Pernambuco, quase em frente à ilha de Itamaracá. Como aquele entreposto estava guarnecido por apenas seis soldados, os franceses não tiveram dificuldades para tomá-lo e instalar-se nele.

Após fortificar a antiga feitoria com vários canhões, o capitão Duperet partiu do Brasil, em junho de 1532, deixando no forte 70 soldados, sob o comando de um certo senhor de La Motte. Embora essas notícias ainda não tivessem chegado à Europa, no exato instante em que *A Peregrina* era apreendida no Mediterrâneo, o capitão português Pero Lopes de Sousa já estava combatendo os franceses em Pernambuco e logo iria retomar a feitoria de Igarçu, prender os soldados franceses e enforcar La Motte.

A espetacular captura de *A Peregrina* foi a gota d'água nas relações entre Portugal e França no que concerne ao Brasil. Ao serem informados da missão que *A Peregrina* realizara em Pernambuco, o rei D. João III e seus assessores concluíram que todas as ações repressivas e os vários tratados que

tinham firmado com os franceses não haviam sido suficientes para impedir o assédio dos traficantes de pau-brasil ao litoral brasileiro. Como todos os acordos e ameaças tinham redundado em fracasso, o rei e seus conselheiros perceberam que só lhes restava uma solução: colonizar o Brasil.

Iria se iniciar o período das capitânias hereditárias.

A divisão do Brasil em capitânias hereditárias não seria apenas a primeira tentativa oficial de colonização portuguesa na América. Aquela estava destinada a ser também a primeira vez que os europeus iriam se lançar no ousado projeto de transplantar seu modelo civilizatório para as vastidões continentais do Novo Mundo.

Um século antes, os próprios portugueses já haviam transformado as ilhas do Atlântico (os Açores e a Madeira) em protótipos de sua experiência colonial. A partir de 1470, o mesmo processo se repetiu nas ilhas de São Tomé, Príncipe e Fernando Pó, localizadas diante da costa da Guiné, na África equatorial.

Enquanto a experiência nas ilhas florescia, os lusos fundaram o *Castelo de São Jorge da Mina*, seu primeiro grande estabelecimento colonial no continente africano. A chamada “Casa da Mina”, erguida em 1482, em Gana, nas proximidades da atual cidade de Acra, logo se transformou em um poderoso entreposto comercial fortificado.

#### O EMPÓRIO DOS ESCRAVOS

*O Castelo de São Jorge da Mina foi construído por 600 soldados, nos primeiros meses de 1482. Ali, de início, os portugueses trocavam tecidos, conchas e cavalos pelo ouro que vinha de Mali, no interior. Durante décadas, cerca de 400 quilos de ouro saíam todos os anos direto da fortaleza para Lisboa. Em princípios do século XVI, os lusos começaram a obter o ouro em troca de escravos, trazidos de Benin e usados no próprio transporte do metal, do interior da África até o litoral. Logo o tráfico de escravos se mostrou a atividade mais lucrativa dos lusos na costa da Guiné e se estendeu por todo o litoral ocidental da África. Os primeiros escravos negros trazidos para o Brasil vieram do Castelo da Mina. Um dos governadores da fortaleza foi Duarte Pacheco Pereira, que alguns historiadores consideram o verdadeiro descobridor do Brasil.*



A partir do *Castelo da Mina* e da ilha de São Tomé os portugueses lançaram as bases de um rendoso tráfico escravagista que iria se prolongar por três séculos. Mas o clima insalubre jamais permitiu que os lusos se estabelecessem plenamente tanto na Mina quanto em São Tomé – pelo menos não como colonos.

De fato, foi somente com a partilha do Brasil, feita entre março de 1534 e fevereiro de 1536, que a implantação do modelo português de colonização ultramarina se iniciou nos trópicos. Mais de trinta anos já se haviam passado desde que Pedro Álvares Cabral tomara oficialmente posse do Brasil em nome da Coroa lusa. Mas, até então, o vasto território localizado na margem ocidental do Atlântico estivera virtualmente abandonado, entregue quase que exclusivamente nas mãos de naufragos e degredados portugueses e espanhóis, e intensamente percorrido por traficantes franceses de pau-brasil.

O modelo de colonização utilizado no Brasil já era bem conhecido pelos portugueses e fora testado anteriormente: não só nas ilhas do Atlântico, mas, quase dois séculos antes, no próprio território luso, especificamente no Alentejo e no Algarve, após essas regiões do sul de Portugal terem sido tomadas aos mouros durante a Reconquista cristã.

Como aconteceu nos dois casos anteriores, o Brasil foi dividido em vastas áreas chamadas de “donatarias”, ou “capitanias hereditárias”. Na América, esses lotes eram enormes: tinham cerca de 350 quilômetros de largura cada, prolongando-se, em extensão, até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, em algum lugar no interior ainda desconhecido do continente. As capitanias brasileiras possuíam, dessa forma, dimensões similares ou mesmo superiores às das maiores nações europeias.

Ao contrário do que ocorrera no reino e nas ilhas do Atlântico, dessa vez não houve interesse da alta nobreza lusitana em se associar ao projeto. No Brasil, não foram infantes, duques ou condes que receberam as imensas e selvagens extensões que deveriam ser colonizadas com recursos próprios. Os quinze lotes, perfazendo doze capitanias, acabaram nas mãos de membros da pequena nobreza: militares ligados à conquista da Índia e da África e altos burocratas da corte, até então vinculados à administração dos longínquos territórios do Oriente.

Dos doze capitães-donatários agraciados com terras no Brasil, sete eram conquistadores que haviam lutado na Índia (e, em alguns casos, na África). Outros quatro, como os chamou o historiador norte-americano Alexander Marchand, eram “criaturas do rei”:<sup>1</sup> funcionários graduados – tesoureiros ou fiscais – responsáveis pela administração dos negócios ultramarinos. A exceção era Pero de Góis, que não lutara na Índia nem na África mas que podia ser enquadrado no grupo dos militares, já que chegou ao Brasil em 1531 como um dos capitães da expedição de Martim Afonso de Sousa.

Dos doze donatários, somente quatro já haviam estado no Brasil anteriormente e, ao todo, apenas oito iriam tomar contato pessoal com as terras que receberam. Isso significa dizer que quatro capitães-donatários jamais puseram os pés na colônia e sequer conheceram suas imensas propriedades.

De qualquer forma, postos em prática pessoalmente ou a distância, os projetos de colonização resultaram, quase sem exceção, em retumbante fracasso. Os donatários que não pagaram por seus erros com a própria vida perderam (e jamais recuperaram) as fortunas que foram adquiridas no reino ou na Índia.

Do rei, os donatários não recebiam mais do que a própria terra e os poderes para colonizá-las. Embora tais poderes fossem “majestáticos” – como definiu o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen –, a tarefa se revelaria demasiadamente pesada. Ninguém resumiria melhor as aflições dos donatários do que o mais bem-sucedido deles: em carta ao rei D. João III, enviada de Pernambuco em dezembro de 1546, Duarte Coelho escreveu: “Somos obrigados a conquistar por polegadas a terra que Vossa Alteza nos fez mercê por léguas.”

Não é de se estranhar, portanto, que apenas duas das doze capitânicas tenham florescido. Foram elas Pernambuco e São Vicente. São Vicente, porém, conseguiu se desenvolver sem a presença ou o estímulo de seu donatário, Martim Afonso de Sousa – mais interessado em fazer carreira na Índia. O crescimento dessa capitania foi fruto quase exclusivo da ação de homens que se viram abandonados no longínquo litoral sul do Brasil. Praticamente todos eles se transformaram em grandes traficantes de escravos indígenas, e foi dessa forma que não só obtiveram seu sustento como construíram suas fortunas.



O fracasso do projeto como um todo não impediu que o legado das capitânicas hereditárias fosse duradouro. A estrutura fundiária do futuro país, a expansão da grande lavoura canavieira, a estrutura social excludente, o tráfico de escravos em larga escala, o massacre dos indígenas: tudo isso se incorporou à história do Brasil após o desembarque dos donatários.

#### AS SESMARIAS

*Chamavam-se sesmarias os lotes de terra virgem distribuídos pelos donatários a seus colonos. A palavra, de origem latina, era usada desde a Idade Média para definir o “sesmo” (ou sexta parte) do “côvado” (antiga medida de comprimento igual a 66 centímetros). Ao receber as terras, os colonos assumiam, no Brasil, o compromisso – raras vezes cumprido – de as explorarem no prazo máximo de cinco anos. Referindo-se à doação de sesmarias, o historiador Francisco de Varnhagen escreveu, em 1859: “É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda hoje os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só décima parte esteja aproveitada; mas que se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos.”*

Alguns dos grandes latifúndios brasileiros de fato tiveram origem nas vastas *sesmarias* concedidas aos colonos de estirpe mais nobre. A monocultura da cana de açúcar também se mantém em muitas áreas do Nordeste brasileiro. Quanto ao trabalho escravo, sua influência na formação do país foi tamanha que o Brasil se tornou uma das últimas nações do Ocidente a abolir a escravatura.

As capitânicas hereditárias configuraram também uma nova tentativa de Portugal de lançar as bases de um modelo colonial baseado na lavoura canavieira – repetindo o método que fora empregado nas ilhas do Atlântico. Ainda assim, como se verá, isso só ocorreu depois que o sonho de obter, a partir do sul do Brasil, as mesmas riquezas minerais que os espanhóis tiveram a ventura de encontrar no México e no Peru revelou-se apenas uma vertigem.

Não restam dúvidas de que, desde o momento de seu desembarque, tanto os donatários quanto seus colonos visavam o lucro imediato. O principal – e quase único – objetivo da maioria era enriquecer o mais rápida e facilmente possível e retornar para Portugal. Nesse sentido, os homens que os donatários trouxeram para ocupar suas terras não eram “colonos” no sentido literal da palavra: eram conquistadores dispostos a saquear as riquezas da terra – especialmente as minerais.

Não foram apenas donatários e colonos que desembarcaram no Brasil a partir de março de 1535. Com eles começaram a vir também, em grande escala, os degredados, condenados a cumprir suas penas na remota colônia sul-americana. Embora considerados pelo donatário Duarte Coelho como “a peçonha que envenena a terra”,<sup>2</sup> foram eles que deram início à ocupação mais intensa do território e se tornaram responsáveis pela miscigenação dos portugueses com nativos e por sua adaptação ao novo meio no qual se viram instalados.

Gerando, com suas concubinas indígenas, mamelucos às centenas, explorando os recursos naturais da terra, adotando os costumes e a alimentação dos nativos – e aprendendo com eles tudo o que podiam sobre a realidade física do Brasil –, os degredados ajudaram a tornar a vida cotidiana dos europeus no trópico mais eficiente e menos árdua. Mas não há dúvidas de que foram também os principais responsáveis pelos distúrbios que levaram várias capitanias à ruína.

Como a aplicação das leis era atribuição exclusiva do donatário, as ordens dadas por eles só valiam dentro de seus próprios lotes. Assim sendo, ao homem que cometesse um crime em uma determinada donataria restava sempre a opção de refugiar-se noutra, na qual era inocente. Dessa forma, alguns degredados puderam – como protestou, em carta ao rei, o mesmo Duarte Coelho – “envenenar” a terra toda.

Os “saltos” organizados pelos degredados com o objetivo de capturar indígenas foram o estopim que deflagrou conflitos entre os nativos e os brancos. A partir de 1546, esses conflitos tomaram tal dimensão que atingiram e devastaram seis das oito capitanias nas quais os lusos haviam se instalado (os quatro lotes restantes não haviam sido ocupados).

Embora também usassem os indígenas para seu próprio benefício, os degredados capturavam escravos basicamente para vendê-los aos senhores de engenho. De fato, a implantação da lavoura canavieira no Brasil e o início das guerras entre nativos e portugueses se deu de forma tão simultânea que se impõe estabelecer entre ambos uma relação de causa e efeito.

Nas três primeiras décadas da ocupação europeia do Brasil, lusos e franceses serviam-se do *escambo* para obter os serviços dos nativos. Em troca de bugigangas (anzóis, espelhos e machados), os indígenas cortavam, desbastavam e transportavam toras de pau-brasil – a primeira, e durante

## O ESCAMBO

*O quão eficiente foi o método encontrado pelos portugueses de obter trabalho dos indígenas em troca de bugigangas e de objetos de ferro (como machados e anzóis) fica claro a partir do episódio sobre o qual o frei espanhol Tomás de Mercado foi informado em 1569. De acordo com o frei, um navio europeu carregado de prata naufragou na costa brasileira em 1556. Os indígenas de imediato recolheram os sacos de aniagem que embalavam a prata, desprezando os lingotes, “de modo que veio a encontrar-se, daí a cinco meses, na praia todo o metal”. Embora ouro e prata tivessem valor ritual para os nativos, não possuíam utilidade prática alguma. O ferro, por outro lado, fascinou as tribos Tupi por motivos óbvios: com um machado de metal, eles podiam derrubar uma árvore de pau-brasil em apenas 15 minutos, enquanto que, com seus machados de pedra, a mesma tarefa lhes tomava quase três horas. Assim sendo, não restam dúvidas de que, além de mais vantajoso, era muito mais fácil para os europeus obter a colaboração dos nativos oferecendo-lhes objetos de ferro do que metais preciosos.*

30 anos, única fonte de renda que os europeus encontraram no Brasil. Quando os portugueses começaram a plantar seus canaviais e instalar seus engenhos, o trabalho organizado e regular nas lavouras tornou-se uma necessidade primordial para eles. Ao recorrer à escravização em massa dos indígenas – que, às vezes, não poupou nem antigos aliados –, colonos e degredados provocaram a insurreição generalizada das tribos Tupi.

Mas a revolta dos indígenas também foi insuflada pelos franceses, rivais dos portugueses na luta pelo posse do Brasil. Os acordos diplomáticos firmados entre as duas Coroas, na Europa, nunca foram capazes de impedir o assédio progressivamente audacioso dos traficantes franceses de pau-brasil – o principal motivo que, após a captura de *A Peregrina*, levava D. João III a dividir o Brasil em capitânias.

Cerca de dez anos depois de as capitânias terem sido criadas, as desordens internas, as lutas contra os nativos e a ameaçadora presença dos franceses acabaram provocando o colapso definitivo do sistema que o rei e seus conselheiros tinham optado por aplicar no Brasil.

Nada pode ser mais revelador do fracasso das capitânias do que as agruras que o destino reservou para os capitães do Brasil. Um deles, Aires da Cunha (do Maranhão), morreu em naufragio; outro, Francisco Pereira Coutinho (da Bahia), foi morto e devorado pelos Tupinambá. Um terceiro, Pero do Campo Tourinho (de Porto Seguro), acusado de heresia, foi preso por seus próprios colonos e enviado para a Inquisição. E houve ainda o caso de Vasco Fernandes Coutinho, que – viciado em tabaco e “bebidas espirituosas”<sup>3</sup> – perdeu o controle sobre a

capitania do Espírito Santo, onde investira todos os seus bens. Ao morrer, em Portugal, não tinha nem mesmo “uma mortalha que o cobrisse” e sua mulher e os filhos acabaram seus dias desamparados, num hospital de caridade.

Eis a história de que este livro vai tratar em minúcias. E, embora ela seja extraordinariamente rica em peripécias, com certeza também foi trágica.



Potosí

1.350 km

CHACO

BRASIL

São Vicente  
(porto dos escravos)

Piratininga  
(futura São Paulo)

Cananeia

CAMINHO DO PEABIRU

Rio Iguaçu

Foz do Iguaçu

Assunção

Forte de  
Santa Ana

Ilha de  
Santa Catarina

Laguna

Rio de Martim Afonso  
(Tramandaí)

ARGENTINA

URUGUAI

Santa Fé

Forte S. Spiritus

Rosário  
Barradero

Rio Paraná

Buenos Aires

Rio da Prata

Montevidéu

Barra de São Pedro  
(Rio Grande)

Rota de Martim Afonso

OCEANO ATLÂNTICO

Nafrágio de Martim Afonso

Cabo de Santa Maria (Punta del Este)

Lagoa dos Patos

# I

## A COSTA DO OURO E DA PRATA

Em busca do Rei Branco

No dia 20 de novembro de 1530, o fidalgo Martim Afonso de Sousa foi chamado ao Paço de Évora para uma reunião com o rei D. João III. Aos 30 anos de idade, Martim Afonso era amigo pessoal e convivia com o monarca desde a infância. Mas, até então, nunca tinha sido incumbido de missão tão importante quanto aquela para a qual seria designado. Disposto a enviar uma grande expedição ao Brasil – a maior desde a descoberta em 1500 e a primeira comandada por um fidalgo –, D. João fora aconselhado por seu principal assessor, D. Antônio de Ataíde, a escolher Martim Afonso para chefiar aquela missão.

Ao longo das três décadas que se seguiram à descoberta feita por Pedro Álvares Cabral, os portugueses tinham deixado o Brasil virtualmente abandonado. Estavam mais interessados em conquistar a Índia e em manter em funcionamento as várias feitorias instaladas na costa ocidental da África. Mas, como o assédio dos traficantes franceses de pau-brasil ao desguarnecido litoral do Nordeste do Brasil estava se tornando cada vez mais ostensivo, D. João III e seus conselheiros perceberam que seria preciso enfrentar imediatamente o inimigo.

O principal objetivo da expedição, porém, era muito mais ousado e ambicioso do que a mera expulsão dos franceses. Acontecimentos surpreendentes, ocorridos poucos meses antes, levariam o rei de Portugal a encarregar Martim Afonso de Sousa da missão de descobrir uma misteriosa serra da Prata e tentar conquistar o território do lendário Rei Branco.

As notícias sobre um riquíssimo reino indígena localizado no cume de grandes montanhas nevadas em algum lugar do oeste da América do Sul não eram novas. Elas haviam chegado à Europa no verão de 1515, depois

que o navegador João de Lisboa descobrira um vasto estuário, localizado na porção meridional do continente. Seguindo a rota de João de Lisboa, o capitão Juan Díaz de Solís – um português naturalizado castelhano – também navegara pela foz daquele enorme rio, em janeiro de 1516.

Os integrantes de ambas as expedições tinham retornado da América com um relato extraordinário: de acordo com as informações que recolheram dos nativos, aquele rio nascia em uma grande cordilheira, recoberta por neves eternas. No topo dessas montanhas, vivia um “povo serrano” que possuía “muitíssimo ouro batido, usado à moda de armadura, na frente e ao peito”,<sup>1</sup> além de inúmeros objetos de prata.

Embora João de Lisboa tivesse batizado o estuário com o nome de rio de Santa Maria, ele logo passou a ser chamado de rio da Prata. Mas o impacto das notícias obtidas por sua expedição foi tal que, a partir de então, os portugueses passaram a designar a porção meridional do litoral sul-americano de Costa do ouro e da prata.

O nome, em si, era bastante elucidativo. Não só porque, nessa mesma época, o Nordeste do Brasil era conhecido como “Costa do (pau) brasil” – denominação que, mais tarde, acabaria batizando todo o futuro país –, mas também porque, com aquela designação, os portugueses estavam repetindo um expediente que já haviam *utilizado na África*.

Se a Costa do Brasil não despertara o interesse dos lusos – pelo menos não até os franceses se instalarem nela –, o inverso ocorreu com a misteriosa Costa do ouro e da prata, cuja conquista se tornou uma obsessão para Portugal e Espanha.

#### A COSTA DA ÁFRICA

*Os territórios descobertos e conquistados pelos lusos na África foram batizados, no século XV, com os nomes das principais mercadorias que podiam ser obtidas neles. Surgiram, dessa forma, as designações Costa do Marfim, Costa da Malagueta, Costa dos Escravos e Costa da Mina (onde ficavam as minas de ouro da Guiné e o local no qual foi construída a fortaleza de São Jorge da Mina). Alguns desses nomes se mantêm até hoje.*

Apesar de o rio da Prata ter sido descoberto por João de Lisboa, coube a integrantes da expedição de Juan Díaz de Solís obter a confirmação de que a serra da Prata e o Rei Branco não eram uma lenda, mas uma espantosa realidade.

Solís fora morto pelos nativos logo após ter chegado ao estuário do Prata. Quando as duas caravelas que ele comandava iniciaram a viagem de volta para a Europa, um dos navios naufragou na ponta sul da ilha de Santa Catarina, no verão de 1516. Os sobreviventes se instalaram em um pequeno vilarejo – que ficaria conhecido como porto dos Patos – erguido numa enseada em frente à ilha. Durante mais de uma década, eles viveram ali.<sup>2</sup>

No início de 1524, oito anos depois de ter se estabelecido no porto dos Patos, um dos naufragos de Solís – o português Aleixo Garcia – decidiu averiguar a veracidade das lendas relativas ao Rei Branco, incansavelmente repetidas pelos nativos com os quais ele convivía. Acompanhado por cerca de dois mil indígenas, Garcia partiu de Santa Catarina para realizar uma das mais extraordinárias viagens da história da exploração da América do Sul.

Aleixo Garcia seguiu por uma antiga trilha indígena, chamada Peabiru,<sup>3</sup> que conduzia do sul do Brasil até o altiplano boliviano. Tendo chegado aos arredores da atual cidade de Sucre, ele e seus acompanhantes atacaram e saquearam as cidades fronteiriças do Império Inca, obtendo 40 cestos repletos de objetos de ouro e prata. A expedição comprovou que o Rei Branco de fato existia: chamava-se *Huyana Capac* e era o soberano de um riquíssimo e vasto reino indígena, o Império Inca. Sem saber, Aleixo Garcia esteve a menos de 200



---

#### A SERRA E SEU REI

*Potosí significa, em quíchua, “montanha que tropeja”. Segundo a lenda registrada por Inca Garcilaso de la Vega, o cerro recebera esse nome pois, quando o Inca Huayna Capac mandou explorá-lo, os emissários que lá chegaram ouviram ruídos estrondosos que julgaram ser a “voz” da montanha. Além de aterrador, o som tinha um significado: “Afastem-se daqui”, teria dito a voz fantasmagórica. “As riquezas desta montanha não são para vocês. Estão reservadas para homens que virão de além.” Fato ou ficção, a verdade é que Potosí acabou sendo descoberta pelos espanhóis em 1545 e os seis mil metros cúbicos de prata que seus escravos indígenas extraíram dali revolucionaram a economia europeia. Huayna Capac (acima), o Rei Branco das lendas nativas, foi um dos maiores imperadores incas de todos os tempos. Morreu em 1525 e seus filhos, Huáscar e Atahualpa, travaram uma guerra civil para sucedê-lo. Atahualpa a venceu.*



quilômetros da serra da Prata – que também não era uma lenda, mas um cerro de 600 metros, quase que inteiramente de prata, conhecido pelos indígenas pelo nome de *Potosí*.

Na viagem de volta a Santa Catarina, Aleixo Garcia foi morto às margens do rio Paraguai pelos temíveis Payaguá. Alguns sobreviventes de sua tropa conseguiram retornar ao porto dos Patos. Entre os farrapos que os cobriam, eles trouxeram uns poucos objetos de ouro e prata. O naufrago Henrique Montes – um companheiro de Garcia que não tomara parte da jornada até a Bolívia – se encarregou de guardar aquelas peças.

#### O BERGANTIM

*Bergantim (abaixo) era um pequenos barco movido a remo, com um ou dois mastros com vela latina (como se chamavam as velas de formato triangular, “las trinas”). Essa embarcação tinha, em geral, cerca de 17 metros de comprimento por 3 metros de largura e contava com 16 bancos para os remeiros. Vários degredados e naufragos que viviam no litoral brasileiro construíam seus próprios bergantins, geralmente de cedro e usando mão de obra indígena. Com esses barcos, eles percorriam boa parte da costa, entre Santa Catarina e São Vicente. Os exploradores europeus logo descobriram que o bergantim também era a embarcação ideal para navegar pelo delta do rio Paraná, o principal formador do rio da Prata.*



Alguns meses mais tarde, em outubro de 1526, o navegador veneziano Sebastião Caboto – viajando sob bandeira castelhana – fez escala na ilha de Santa Catarina. Montes então subiu a bordo do navio de Caboto e, entre risos e prantos que beiravam a histeria, mostrou-lhe os objetos que Aleixo Garcia obtivera na Bolívia, convencendo-o a explorar o rio da Prata e tentar a conquista dos domínios do Rei Branco.

Ao longo de quase dois anos, guiado por Montes, Caboto percorreu a bacia do Prata e nada encontrou. Então, no dia 7 de maio de 1528, quando navegava pelo rio Paraná, Caboto deparou com outra embarcação de bandeira castelhana subindo o mesmo rio. Esse barco era um *bergantim* e seu capitão se chamava Diego Garcia. Ao contrário de Caboto – que havia partido da Espanha com destino às ilhas Molucas, na Malásia –, Garcia fora encarregado pela Coroa castelhana da missão de explorar o Prata. Depois de muitas discussões e ameaças mútuas, os dois capitães concordaram em

unir suas forças e realizar uma expedição conjunta em busca do Rei Branco e da serra da Prata.

Diego Garcia subira o rio Paraná guiado por um português chamado Gonçalo da Costa. Por mais de 20 anos, Gonçalo vivera desterrado em Cananeia, no litoral sul de São Paulo, instalado nos domínios do mais misterioso degredado da história do Brasil – o homem que ficou conhecido como o *Bacharel de Cananeia*. Fora justamente em Cananeia, onde fizera escala em janeiro de 1528, que Garcia havia encontrado Gonçalo da Costa. Além de comprar o bergantim que pertencia a Gonçalo, Diego Garcia o tomou como guia de sua expedição ao Prata.

Durante quase dois anos Caboto e Garcia – sempre em companhia de Henrique Montes e Gonçalo da Costa – navegaram pelo alto Paraná e por vários de seus afluentes. Atacados pelos nativos, lutando contra as correntes, as febres palustres e a fome, eles passaram cerca de quinze meses percorrendo um emaranhado de rios e ilhas fluviais, e não acharam nada de valor.

Em fins de setembro de 1529, Diego Garcia resolveu desistir e iniciou sua jornada de retorno para a Europa. Um mês mais tarde, fatigado e desiludido, Caboto tomou o mesmo rumo. No dia 23 de julho de 1530, após uma escala de vários meses em Cananeia, Garcia aportou em Sevilha. Junto com ele desembarcou Gonçalo da Costa – que trazia consigo duas de suas esposas nativas, quatro filhos, oito filhas e outros parentes.

As mulheres de Gonçalo eram filhas do Bacharel de Cananeia com algumas de suas companheiras nativas. Por isso, no relato que fez

#### O MISTERIOSO BACHAREL

*Não se sabe quem era nem quando chegou ao Brasil o enigmático Bacharel de Cananeia. Seu verdadeiro nome talvez fosse Duarte Peres (ou Pires). O historiador Jaime Cortesão defendeu a ousada tese de que o Bacharel foi deixado no Brasil em janeiro de 1499 por uma expedição secreta chefiada por Bartolomeu Dias. Em dezembro de 1498, Dias (o primeiro navegador europeu a dobrar o cabo da Boa Esperança) estava na ilha de São Tomé, em Cabo Verde. Documentos provam que, naquela época, ali vivia um degredado chamado de “Bacharel”. De acordo com Cortesão, antes de retornar para Lisboa, Dias teria realizado uma viagem exploratória pelo Atlântico, chegando ao litoral sul do Brasil quase dois anos antes de Cabral e deixando o Bacharel degredado na nova terra. A maior parte dos historiadores, no entanto, acredita que o Bacharel foi abandonado em Cananeia em 1501, pela expedição de Américo Vespúcio. Mas em um ponto todos concordaram: o Bacharel de Cananeia foi o primeiro europeu a se estabelecer na América do Sul.*

sobre a expedição, sempre que se referiu à Gonçalo da Costa, Diego Garcia o chamou de “genro do Bacharel”.

Em 28 de julho – cinco dias após a chegada de Diego Garcia à Espanha – Sebastião Caboto também aportou em Sevilha. Vinha em companhia de Henrique Montes, miseravelmente derrotado e sem um único objeto de ouro ou prata – com exceção das peças obtidas anos antes por Aleixo Garcia e das quais o próprio Montes se tornara depositário, pois fizera a promessa de colocá-las no altar da Virgem de Guadalupe, a santa de sua devoção.<sup>4</sup>

## **O NÁUFRAGO E O DEGREDADO VOLTAM A PORTUGAL**

A chegada de Caboto à Espanha repercutiu intensamente em Lisboa. Sua evidente derrota foi saudada por um certo Simão Afonso, agente português que se encontrava em Sevilha. No dia 2 de agosto, Afonso escreveu para D. João III relatando que Caboto havia desembarcado “muito desbaratado e pobre, sem ouro ou prata nem coisa alguma de proveito aos seus armadores, e dos duzentos homens que levou não traz mais de vinte, que os demais lá ficaram mortos, uns de trabalhos e fome, outros de guerra, porque os índios os mataram a flechadas e desfizeram uma fortaleza de madeira que lá tinham feito”.

Após assegurar que os sobreviventes continuavam acreditando que a região era “muito rica em coisas de prata e ouro”, Simão Afonso recomendava que D. João III tratasse de enviar “o mais breve possível” uma expedição para o Prata, pois, com toda a certeza “a terra ficara deserta, a não ser pela gente morta e pelo gasto perdido”.<sup>5</sup>

Antes mesmo de receber essa carta, D. João III já havia iniciado os preparativos para o envio de uma grande expedição ao Brasil. O projeto estava em andamento desde fins de 1529. Mas, ao ser informado de que as explorações de Sebastião Caboto e Diego Garcia haviam sido feitas sob a orientação de náufragos e de degredados portugueses, o rei percebeu que a ajuda daqueles homens seria decisiva para o sucesso da missão. Determinou, portanto, que o próprio Simão Afonso atraísse Gonçalo da Costa e Henrique Montes para Lisboa.

Em fins de outubro de 1530, Gonçalo da Costa chegou a Portugal e foi recebido na corte pelo próprio D. João III. Após lhe perguntar “coisas

sobre o rio de Solís, que os portugueses chamam da Prata”,<sup>6</sup> o rei lhe ofereceu dinheiro e “mercês” para que guiasse uma expedição à região. Mas acabou não havendo acordo entre o monarca e o degredado: como os assessores de D. João não autorizaram Gonçalo a retornar a Sevilha para pegar suas mulheres e os filhos, ele fugiu de Portugal e retornou dissimuladamente à Espanha.

O rei teve mais sorte com Henrique Montes. Conduzido à corte no início de novembro de 1530, o naufrago que por 15 anos vivera no porto dos Patos aceitou a oferta de D. João III e, no dia 16 daquele mês, foi feito “cavaleiro da Casa Real”, com direito a um salário anual de 2.400 *reais*. Ao mesmo tempo, o monarca também o nomeou “provedor da armada de Martim Afonso de Sousa, tanto no mar quanto na terra”.

Henrique Montes tornou-se, assim, o principal responsável pela obtenção dos mantimentos da futura expedição. Ele já ocupara esse mesmo cargo na armada de Caboto, e D. João III sabia que, graças a suas relações com os indígenas do Brasil, Montes seria capaz de obter pescado, milho, farinha de mandioca e outros gêneros para alimentar a tropa de 400 homens que integraria a expedição cujo comando o rei iria entregar, dali a alguns dias, ao fidalgo Martim Afonso de Sousa.

## OS BASTIDORES DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO

Companheiro de infância de *D. João III*, Martim Afonso era o sujeito de origem nobre que, poucas semanas antes, o rei escolhera para chefiar a primeira grande expedição destinada

### O DINHEIRO

*A moeda corrente em Portugal no século XVI era o cruzado – embora a moeda de conta ainda fosse o real – 400 reais perfaziam um cruzado. Um cruzado, por sua vez, equivalia a 3,5 gramas de ouro. O plural da palavra real era tanto réis como reais. No século XVI, no entanto, o plural mais usado era “reais” – e esse será o termo usado ao longo deste livro. Para efeitos comparativos: o salário de um marinheiro e de um trabalhador braçal era de 10 cruzados mensais; uma nau custava 20 mil cruzados. Um escravo africano podia ser comprado por 3 mil cruzados e um escrivão de cartório ganhava 40 cruzados. A moeda franca na Europa Ocidental, naquela época, era o ducado – o equivalente ao dólar nos dias de hoje. Um ducado era igual a um cruzado. Abaixo, retrato do futuro rei D. João III aos 6 anos, quando já convivia com Martim Afonso.*



## O AMIGO DO REI

*D. Antônio de Ataíde era filho de D. Álvaro de Ataíde e de D. Violante de Távora. D. Violante era tida como uma mulher de personalidade forte – característica herdada pelo filho. Ela era irmã de Lopo de Sousa (pai de Martim Afonso) e de João de Sousa (pai de Tomé de Sousa, futuro governador-geral do Brasil). D. Violante, Lopo e João eram filhos de Pedro de Sousa e de D. Maria Pinheiro. A figura-chave da família era justamente a matriarca, D. Maria Pinheiro, avó de D. Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. D. Maria fora apelidada de “moura encantada” porque, além de ter “sangue judeu”, comentava-se que ela havia “enfeitiçado” D. Álvaro, forçando-o a se casar com ela. Mais tarde teria ficado provado que a “acusação” de que D. Maria era judia convertida fora intriga armada por D. Antônio Carneiro, desafeto do todo-poderoso Antônio de Ataíde (abaixo).*



ao Brasil após três décadas de virtual abandono. Sua nomeação formal para o cargo, porém, só foi assinada em 20 de novembro de 1530 – quatro dias após o naufrago Henrique Montes ter se tornado cavaleiro da Casa Real.

Além de antigas e estreitas ligações com o rei, Martim Afonso também era primo-irmão de D. Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, membro do Conselho Real e ministro das Finanças, Ataíde era o principal assessor de D. João III. Na verdade, há indícios de que a expedição fora planejada por insistência dele próprio. Embora seu papel tenha sido esquecido pelos historiadores e seu nome raramente seja mencionado nos livros de história do Brasil, *D. Ataíde* começava a se tornar, naquele momento, uma figura-chave para os destinos da colônia. Até a sua morte, em 1563, nada se faria no Brasil sem seu apoio ou consentimento.

Ao longo de todo o segundo semestre de 1530, D. Antônio de Ataíde havia conduzido tensas negociações diplomáticas com representantes do rei da França, Francisco I. O principal tema daquelas discussões fora o assédio dos traficantes franceses ao Brasil. Como Francisco I contestava a validade jurídica do Tratado de Tordesilhas – firmado entre Portugal e Espanha em 1494 –, ele não se opunha ao tráfico de pau-brasil realizado por seus súditos nas desguarnecidas praias do Nordeste brasileiro, onde esses comerciantes contavam com o apoio de várias nações indígenas.

Convencido de que a ação dos contrabandistas não iria cessar apenas em função dos frágeis acordos diplomáticos que fora capaz de obter, Ataíde empenhou-se em convencer D. João III a enviar

uma poderosa armada com a missão de vigiar e punir os invasores.

Como Martim Afonso era primo-irmão e passara a infância e a juventude em companhia de Ataíde, vários historiadores asseguram que ele foi escolhido para chefiar a grande expedição ao Brasil devido às articulações feitas por seu primo nos bastidores da corte. De fato, é bastante provável que a escolha tenha se concretizado por influência do conde. Mas o motivo real que levou Ataíde a indicar o nome de Martim Afonso não parece ter sido o de beneficiar seu primo, mas sim, como se verá, afastá-lo do convívio com o rei.

## OS TRÊS AMIGOS

Martim Afonso, Antônio de Ataíde e o rei D. João III tinham sido companheiros inseparáveis durante a infância e a juventude. Ataíde e Martim Afonso nasceram em 1500 – ano em que Cabral descobriu oficialmente o Brasil. D. João era dois anos mais jovem.

Por volta de 1517, a crescente influência que os dois primos exerciam sobre o futuro monarca começou a preocupar o rei D. Manoel, pai de D. João. “Martim Afonso e D. Antônio de Ataíde eram tão contínuos com o príncipe, e o príncipe com eles, que não podia estar momento sem eles, e estando com eles não falava nem folgava com nenhuma cousa senão com eles, de modo que El Rei [D. Manoel] imaginou que podia ser feitiço”, chegou a escrever, alguns anos mais tarde, o historiador Gaspar Correia, um dos cronistas oficiais do reino.

### AS BODAS DA DISCÓRDIA

*O conflito entre D. Manoel e o príncipe D. João se agravou depois que o rei decidiu casar com D. Leonor, irmã de Carlos I, rei da Espanha e futuro imperador do Sacro Império Romano. D. Leonor tinha sido prometida ao próprio D. João. Mas, ao ficar viúvo em 1517, D. Manoel tomou a súbita decisão de casar com a infanta que estava destinada a ser esposa de seu filho. O casamento (abaixo) se realizou em novembro de 1518. Julgando-se humilhado pelo pai, D. João se aproximou ainda mais de Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. Não foi só o príncipe que ficou indignado com a decisão de D. Manoel: em Portugal, todos “temeram que a rainha moça passasse a dirigir o desorientado espírito do rei”. D. Manoel tinha 56 anos e D. Leonor, apenas 17.*





---

#### UM OUSADO FIDALGO

*Martim Afonso de Sousa (acima) nasceu em 1500, no castelo do duque de Bragança, na cidade de Vila Viçosa, no Alentejo, sudoeste de Portugal. Seu pai, Lopo de Sousa, descendente do fidalgo Martim Afonso Chichorro (filho bastardo do rei D. Afonso III), era aio do quarto duque de Bragança, D. Jaime. D. Jaime, tido como homem cruel, fez de Lopo de Sousa alcaide-mor (ou governador) da província de Bragança. A dinastia de Bragança assumiria o trono de Portugal em 1640, reinando por 270 anos.*

Ao perceber que D. João vivia “em constantes murmurações pelo palácio”,<sup>7</sup> sempre em companhia de seus dois confidentes, D. Manoel, disposto a abortar uma possível conspiração, resolveu acabar o mais rapidamente possível com o convívio entre os três jovens amigos. No início de 1519, quando um fidalgo português foi morto em uma escaramuça e dois criados de Antônio de Ataíde foram acusados pelo crime, o rei encontrou o pretexto ideal para prendê-lo e afastá-lo da corte. A seguir, enviou um de seus principais assessores, D. Nuno Manuel, com uma mensagem clara para o outro amigo de seu filho, Martim Afonso: o jovem fidalgo deveria deixar Lisboa e voltar a servir seu antigo senhor, o duque de Bragança, D. Jaime.

De fato, o pai de Martim Afonso, Lopo de Sousa, fora alcaide-mor (ou governador) da província de Bragança e o principal servidor do duque D. Jaime. Após a morte de Lopo de Sousa, ocorrida em 1515, Martim Afonso já deveria tê-lo substituído no cargo. Mas, naquela ocasião, abrindo mão do polpudo salário anual de 55 mil reais, Martim Afonso preferiu permanecer na corte, junto ao príncipe. A um amigo, justificou a decisão dizendo: “O duque pode fazer-me alcaide-mor, mas o rei pode fazer-me duque.”

Nos primeiros meses de 1519, *Martim Afonso* – tido como um jovem impetuoso e de personalidade forte – ousou desafiar os desígnios do rei D. Manoel e simplesmente se recusou a retornar à casa do duque de Bragança. Embora impedido de privar da companhia do príncipe D. João, Martim Afonso permaneceu em Lisboa.

Vitimado por um surto de peste que assolou Portugal, o rei D. Manoel – que o povo chamava

de “o Venturoso” – morreu no dia 13 dezembro de 1521, aos 62 anos. D. João III assumiu o trono nas vésperas do Natal. Tinha 19 anos de idade. Já livre da prisão, D. Ataíde voltou ao convívio do monarca e, em março de 1523, D. João III o fez conde da Castanheira. Martim Afonso de Sousa ficou enciumado com o crescente poder e as “mercês” obtidas por seu primo – mesmo porque, ao contrário do que esperava, D. João não o tornou duque.

Em maio de 1523, D. João decidiu enviar a rainha viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o já então imperador Carlos V, casando-se em seguida com a outra irmã do imperador, D. Catarina da Áustria. Martim Afonso fez parte do séquito que conduziu D. Leonor de volta a Castela. Durante a viagem, conheceu, em Salamanca, D. Ana Pimentel, filha de um dos homens mais nobres e ricos daquela província e que, até então, fora dama de companhia da futura rainha D. Catarina.

Decidido a ficar em Castela, Martim Afonso se casou com Ana Pimentel em novembro de 1524. Um mês depois, foi convocado por Carlos V para tomar parte na luta contra os franceses: Carlos V e Francisco I estavam em guerra desde 1521. No inverno de 1525, Martim Afonso teve uma participação destacada no cerco e tomada de Fuenterrábia, cidade próxima a Pamplona, na província de Navarra, no noroeste da Espanha. O imperador elogiou-o publicamente e o convidou a permanecer em Castela.

Enquanto Martim Afonso lutava sob a bandeira de Castela, mantendo-se numa espécie de autoexílio, D. Ataíde ia se tornando um dos principais assessores do rei D. João III. Astucioso, letrado e ambicioso, ele logo sobrepuiu os demais conselheiros do rei, virou uma espécie do secretário-geral de Estado e, em 1529, o monarca o fez vedor da Fazenda (ou ministro das finanças). Seu caminho rumo ao topo estava pavimentado.

Ao retornar da Espanha, a convite do próprio D. João III, Martim Afonso não foi capaz de reocupar lugar tão próximo ao soberano quanto aquele que desfrutara nos seus verdes anos. “A privança era resfriada”, anotou um cronista do reino. Ainda assim, para evitar que os antigos laços entre seu primo e o rei voltassem a se estreitar, D. Ataíde ardilosamente indicou Martim Afonso para chefiar a expedição que ele convencera D. João a enviar ao Brasil.

Além de ser uma missão perigosa, ela manteria seu potencial rival afastado da corte por pelo menos três anos.



## O CONFLITO COM OS FRANCESES

### O CORSÁRIO DO REI

*Jean Ango, o visconde de Dieppe, era uma das maiores fortunas da França no século XVI e um dos mais poderosos armadores de sua época. Entre naus, galeões, barcas, caravelas e barcos pesqueiros, sua frota possuía centenas de navios. Sua rede de negócios, sediada em Rouen, se estendia do Oriente Médio aos Países Baixos, passando pelas Ilhas Britânicas e chegando até o Canadá. Sua maior fonte de renda provinha do comércio com a Turquia.*

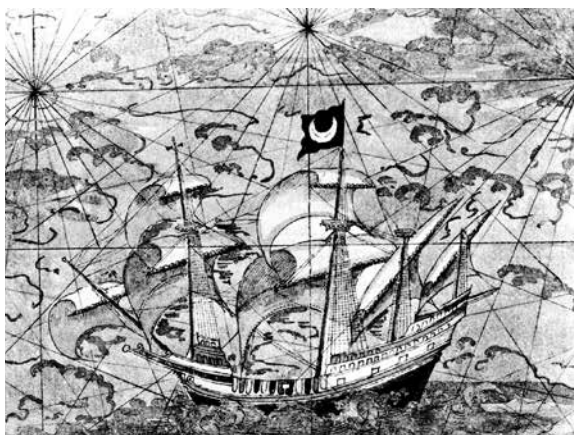
*Por isso, Ango estampou na bandeira de seus navios a Lua Crescente – símbolo das nações muçulmanas. Ango também foi o principal financiador das viagens dos irmãos Verrazano, das explorações de Jacques Cartier e do tráfico de pau-brasil no Nordeste do Brasil. Ele morreu na miséria, em 1551. Abaixo, um dos navios de Ango com a bandeira da Lua Crescente.*

De início, o principal motivo que levara Ataíde a concluir que o envio de uma armada para o Brasil não poderia mais ser adiado fora, de fato, o permanente assédio dos franceses ao território colonial que Portugal até então desprezara.

Francisco I estava de tal forma disposto a ignorar as estipulações do Tratado de Tordesilhas que, em duro e irônico diálogo com certo diplomata espanhol, chegou a dizer que “gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão” que o afastara “da partilha do mundo”. Assim sendo, ele nunca se preocupou em reprimir o tráfico de pau-brasil – uma atividade considerada ilegal pelos portugueses e que os marinheiros da Normandia haviam transformado em um vultoso negócio.

O principal financiador das viagens feitas pelos contrabandistas normandos ao Brasil era o mercador *Jean Ango* (pronuncia-se Angô), o poderoso visconde de Dieppe. O choque entre os interesses de Portugal e França precipitara-se em fins de 1529, quando uma barca e um galeão de Jean Ango foram capturados pela frota de

patrulhamento que os portugueses mantinham nos Açores. Dono de uma ampla rede de comércio internacional e com uma esquadra de *centenas de navios*, o visconde de Dieppe ameaçou declarar pessoalmente guerra à Portugal e bloquear o porto de Lisboa.



No dia 27 de junho de 1530, pressionado por Anjo, Francisco I concedeu-lhe uma “carta de marca”: era uma autorização oficial para o exercício da atividade corsária, mediante a qual o visconde de Dieppe poderia atacar embarcações lusas até se ressarcir do prejuízo de 200 mil cruzados, valor suposto dos navios que lhe haviam sido apreendidos.

A atitude de Francisco I deixou D. João III indignado e, em julho de 1530, ele escreveu para o rei da França dizendo que considerava a concessão da carta “guerra manifesta”, comparando o episódio “aos pequenos princípios de onde se acendem os grandes fogos”. Logo após redigir seu protesto formal, D. João tratou de enviar D. Ataíde para França. Supostamente, a missão de seu principal assessor seria a de representá-lo no casamento de *D. Leonor* – a viúva de D. Manoel e irmã de Carlos V –, que agora iria se unir ao rei Francisco I. O casamento – que se realizou no dia 21 de julho – fora ajustado entre o soberano da França e o imperador de Castela como forma de dar um fim ao conflito que travavam havia quase uma década.

Após as *núpcias reais*, Ataíde permaneceu em Paris. Nesse período, em companhia de D. Diogo de Gouveia – que era o principal representante diplomático de D. João III na França e, em breve, também iria desempenhar um papel decisivo no destino do Brasil –, o conde manteve inúmeras reuniões com os representantes do rei Francisco I.

Conduzidas por Ataíde, as negociações entre Portugal e França se prolongaram por cerca de um ano. Então, em 15 de julho de 1531, após várias idas e vindas a Lisboa, Ataíde contornou o litígio com Jean Anjo: por 100 mil cruzados, comprou-



---

#### UMA RAINHA INFELIZ

*Um ano e meio após a morte de D. Manoel, D. João III decidiu mandar a viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o imperador Carlos V. Alguns conselheiros do monarca português achavam que ele deveria casar-se com D. Leonor. Mas D. João continuava indignado com o fato de ela ter desposado seu pai. Portanto, não só preferiu casar com a irmã dela, D. Catarina, como reteve em Portugal a infanta D. Maria, única filha de D. Leonor (acima) com D. Manoel. Como seu casamento com Francisco I fora apenas um arranjo, o monarca francês jamais se interessou por D. Leonor: ele era apaixonado por sua amante, a duquesa de Etampes. D. Leonor foi bastante infeliz na França e jamais voltou a ver sua filha, D. Maria.*

-lhe a carta de corso. Na mesma ocasião, subornou o almirante Phillipe Chabot, comandante da frota francesa do Atlântico: em troca de 10 mil cruzados, obteve dele a promessa de que os traficantes de pau-brasil não mais iriam empreender viagens ao Brasil (*veja nota lateral*). Mas, como o próprio D. Ataíde suspeitava, os problemas com os franceses estavam longe de terminar.

## O CONFLITO COM CASTELA

Enquanto Ataíde negociava arduamente com os franceses, chegaram a Lisboa os primeiros indícios concretos sobre a existência do Rei Branco e a serra da Prata. Por conta deles, a expedição que, de início, o conde queria enviar basicamente para dar combate aos franceses adquiriu importância ainda maior. A descoberta das riquezas do Prata tornou-se seu objetivo primordial.

Nesse contexto, a escolha de Martim Afonso não pode ser reduzida a uma mera manobra diversionista do poderoso Ataíde. A indicação revela também a importância que o próprio D. João III concedia ao empreendimento. Afinal, o monarca se dispusera a investir muito dinheiro no projeto. E, além de dispendiosa, a expedição precisava ser chefiada por alguém de confiança, já que poderia resultar em conflitos diplomáticos com Castela – em cujas possessões ficava o rio da Prata.

Com duas naus, duas caravelas e um galeão, tripulados por 400 homens, a armada de Martim Afonso de Sousa se constituía na maior e mais cara expedição que Portugal enviaria ao Brasil desde o descobrimento. A viagem iria custar ao Tesouro

### O ALMIRANTE SUSPEITO

*Phillipe Chabot (abaixo), senhor de Brion, conde de Charney e marquês de Mirabeau, era o almirante responsável pela esquadra francesa do Atlântico. Depois de aceitar o suborno de D. Ataíde, ele caiu em desgraça na França. Acusado de malversação de dinheiro, prevaricação, peculato e corrupção, foi banido da corte e despojado de seus títulos, bens e pensões, numa trama urdida por seus inimigos. Após anos de ostracismo, foi considerado inocente e, em 1542, recuperou seus bens e galardões. Mas mal pode usufruir deles, já que morreu no início de 1543.*



❖ **ESTAÇÃO** ❖  
BRASIL

ESTAÇÃO BRASIL é o ponto de encontro dos leitores que desejam redescobrir o Brasil. Queremos revisitar e revisar a história, discutir ideias, revelar as nossas belezas e denunciar as nossas misérias. Os livros da ESTAÇÃO BRASIL misturam-se com o corpo e a alma de nosso país, e apontam para o futuro.

E o nosso futuro será tanto melhor quanto mais e melhor conhecermos o nosso passado e a nós mesmos.